Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

CÂMARA MUNICIPAL DE CASCAVEL
Recebido em: 15/07/25
Protocolo

CÂMARA MUNICIPAL DE CASCAVEL
15/07/25
Edson de Souza
Edson Souza
Vereador - 1º Secretário

REQUERIMENTO Nº 376 , DE 2025.
(Proponente: Vereador Cidão da Telepar/Podemos)

Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Cascavel.

REQUEIRO, nos termos que regem o art. 149, §1º do Regimento Interno, seja encaminhado expediente à Secretaria Municipal de Finanças - SEFIN, solicitando informações acerca da arrecadação da Contribuição para Custeio da Iluminação Pública – CIP.

1. Informe de modo individualizado o valor arrecadado com iluminação pública nos anos de 2021, 2022, 2023, 2024 e 2025 (até o presente).

2. Qual é o investimento mensal em média com a manutenção da iluminação pública Municipal (incluindo reposição de lâmpadas, substituição de fiação, entre outros itens)?

3. Informe por meio de planilha onde foram aplicados os valores arrecadados com iluminação pública ano a ano, bem como encaminhe notas fiscais respectivas.

4. Informe o valor atual constante em caixa, ao final de cada ano citado referente a arrecadação mencionada?

5. Informe o valor atual constante em caixa.

É o que Requer. Sala das Sessões.
Cascavel, 14 de julho de 2025.

Cidão da Telepar
Vereador/Podemos

Justificativa:

O presente requerimento tem por finalidade buscar informações acerca da arrecadação com da Contribuição para Custeio da Iluminação Pública – CIP em nosso município. É por meio dessa arrecadação que a prefeitura subsidia desde manutenções, modernizações, ampliações dos sistemas de iluminação pública, entre outros custos operacionais, recurso essencial para manter principalmente as ruas da cidade bem iluminadas.

A solicitação também se justifica diante da tramitação, nesta Casa de Leis, do Projeto de Lei nº 102/2025, que propõe a ampliação da aplicação da referida contribuição. Nesse contexto, torna-se ainda mais relevante o acesso a dados atualizados e transparentes sobre a arrecadação, os investimentos realizados ano a ano e os valores ainda disponíveis em caixa.

CONFERIDO
DIRETORIA LEGISLATIVA